

Universidade e ditadura

Nova edição de estudo reacende o drama da UnB 40 anos depois

MICHEL PATY



A universidade interrompida: Brasília, 1964-1965

Roberto A. Salmeron

Editora UnB

486 páginas
R\$ 40,00

O livro de Roberto A. Salmeron em sua segunda edição, 8 anos desde a publicação da primeira, não perdeu nada do seu interesse. Sob o título *A universidade interrompida: Brasília 1964-1965*, o autor descreve e analisa a história, breve, mas significativa, da primeira Universidade de Brasília (UnB). As datas mencionadas no título são as das lutas dos protagonistas da UnB contra as ameaças e perseguições que esta sofreu por parte do governo militar até o fim desta primeira fase pioneira, a sua “queda”, que ocorreu em dezembro de 1965, e que justifica o título do livro.

A primeira Universidade de Brasília era um projeto pioneiro, concebido em função dos problemas do desenvolvimento. A idéia inicial era do próprio Lúcio Costa, o urbanista que concebeu o plano orientador da cidade e inspirou sua realização (com a colaboração do arquiteto Oscar Niemeyer, autor dos grandes edifícios públicos). Lúcio Costa conseguiu convencer o então presidente da República, Juscelino Kubitschek, da necessidade de dar uma alma à cidade do futuro e pediu ajuda a Anísio Teixeira, o maior especialista em educação do país, lembra Salmeron, ressaltando com muita precisão a importância dos dois na delimitação do projeto. Darcy Ribeiro foi rapidamente associado ao empreendimento e nomeado primeiro reitor (substituído em seguida por Anísio Teixeira, demitido em abril de 1964 pelo governo militar). A esse apelo a nomes prestigiosos cabe acrescentar os de dezenas de docentes vindos de vários lugares do Brasil e do exterior.

As duas fases foram, em dois modos diferentes, heróicas: o que se pode dizer é que a luta e a queda foram à altura do espírito do projeto e da sua atuação, transcendendo o contraste entre a perspectiva de um ideal elevado a cumprir e

a ignorância e a mediocridade moral, intelectual e política das forças que finalmente acabaram com ele. Era o papel fundamental de uma universidade, na sua vocação profunda, que se tratava de defender, e este o foi por um ato coletivo de resistência madura e refletida contra uma situação e um rumo inaceitáveis que o poder ditatorial queria lhe impor, na negação dos valores fundamentais que correspondem à vocação de uma verdadeira universidade, no primeiro plano da qual a liberdade de pensar, tão fundamental no ensino e na pesquisa.

Este livro nos oferece assim uma magnífica lição de história. O autor, Roberto Salmeron, físico de cunho internacional, tinha voltado do grande laboratório Cern em Genebra para participar da realização deste projeto novo para o Brasil, a UnB. Salmeron escreveu seu livro levado pela convicção da importância, pela memória coletiva, em primeiro lugar brasileira – mas a experiência é de alcance universal –, dos acontecimentos que ele viveu intensamente com outros, professores, estudantes, funcionários.

Já no início o tom é dado com o resumo em poucas frases do acontecimento final, um evento bem fora do comum: ante uma série de repressões arbitrárias do poder militar, a última sendo a demissão de um grupo de professores, “os coordenadores [dos institutos] solidamente apoiados pela maioria do corpo docente e dos estudantes travaram intensa luta pela defesa da autonomia universitária, usando todos os argumentos racionais possíveis. (...) Mas o reitor [nomeado algumas semanas antes para servir ao governo] cumpria ordens, não os ouviu, e manteve as 16 expulsões. Como consequência, 223 professores demitiram-se e partiram da universidade que estavam construindo. Como os 16 que tinham sido expulsos constituíam 80% do corpo docente, a universidade daquele ímpeto inicial foi interrompida”.

Todo o livro é, em seguida, a colocação em situação desse evento excepcional e a narrativa detalhada de como foi que se chegou, pela força das coisas, a uma tal grave decisão. Encontramos na narração desses acontecimentos a unidade de tempo (uma fatia delimitada e limitada de tempo), a unidade de lugar (Brasília, a universidade atuando até suas invasões pelos militares, objeto dos comentários e das decisões dos políticos) e a unidade de ação (um ano e meio de ditadura militar tentando impor seu controle sobre a universidade). Para que esses acontecimentos sejam inteligíveis, Salmeron tinha que situá-los na concatenação dos que os precederam, na ordem cultural, universitária, política.

Evocamos brevemente as duas partes do conteúdo do livro. A primeira, intitulada “A construção”, comporta dez capítulos. Nestes são descritos a idéia e o projeto (na verdade, o sonho) de

uma universidade que seja à altura das apostas e dos desafios de um país do Terceiro Mundo em via de desenvolvimento ante a cultura e o conhecimento, e do Terceiro Mundo em geral, e os episódios dos primeiros anos de sua realização. A UnB preparava, por sua própria existência através de estruturas inéditas no Brasil (em institutos, voltados para o conhecimento fundamental, e faculdades, mais para o trabalho prático, o ensino sendo pensado juntamente com a pesquisa), uma nova concepção da universidade (que, aliás, passaria posteriormente nas reformas das demais universidades do país). A UnB desde o seu início andava em quase todas as frentes da formação e da criação intelectual, e da aprendizagem desta última, das ciências exatas às ciências sociais e às artes, incluindo jornalismo, arquitetura, música, cinema com mestres prestigiosos (entre os quais Oscar Niemeyer, Claudio Santoro, Nelson Pereira dos Santos...).

Enquanto em todo o Brasil da época existiam ainda poucas teses de mestrado e de doutorado (as universidades existentes eram de fundação recente, a primeira sendo a USP, fundada em 1934), na primeira UnB os cursos de pós-graduação foram lançados imediatamente, pois já havia estudantes bem treinados (seja os que tinham seguido seus professores, seja os que foram atraídos pelo projeto de vanguarda), o que permitiu de início um ensino do melhor nível e logo a realização de teses com os laboratórios montados e pesquisas.

Solidariedade - A narrativa dá a ver a solidariedade, em um tal empreendimento, do corpo docente, dos coordenadores de institutos, e uma organização concebida e vivida em vista do interesse geral mais do que de ambições particulares, a direção sendo pensada segundo a colegialidade através de conselhos (até os diretores eram chamados de coordenadores), quando nas demais universidades brasileiras da época funcionava o sistema hierárquico e esterilizante das cátedras. Tudo isso sem esquecer as personalidades marcantes dos primeiros inspiradores (Anísio Teixeira, Lúcio Costa) e reitores (Darcy Ribeiro, Anísio Teixeira) e de professores e coordenadores, que foram pioneiros e responderam à chamada para desenvolver uma concepção nova da universidade no país.

A segunda parte (o ato propriamente dramático) ocupa o resto do livro, isto é, os 15 capítulos restantes, sob o título “As violências”, e vai das primeiras intervenções até as últimas que determinaram a decisão da recusa definitiva de quase todo o corpo dos professores em admitir as intrusões injustificadas do poder político na designação dos docentes. Repressões contra as universidades ocorreram também em outros lugares do país; esta, além do seu projeto próprio, nitidamente progressista, es-

tava localizada na vizinhança imediata da sede do poder político da ditadura, na capital federal, o que podia ser considerado por este como uma incitação exatamente oposta a sua ideologia.

O título escolhido pelo autor para esta parte enfatiza precisamente o contraste entre o rumo que tinha tomado o projeto e as dificuldades que lhe foram impostas do exterior por um poder político totalmente estranho ao que representa a idéia de universidade, vendo a liberdade de pensar inerente a esta como isto que devia ser rejeitado por se opor à “ordem” e à “disciplina” (esta foi a palavra-chave das autoridades e até dos dois reitores interventores). Já resumimos o essencial dos acontecimentos, que só a leitura do livro pode render. “As violências” foram “a força ostensiva das tropas militares”, mas também a espionagem dentro da universidade mesma, as delações, as encarcerações arbitrárias de professores e de estudantes, as cassações de professores considerados como *persona non gratae* das autoridades político-militares e de seus inspiradores e partidários, o clima de insegurança, a imposição de reitores-interventores. As demissões compulsórias, assinadas pelos reitores-interventores, vinham, na verdade, como foi confirmado depois, da organização dos serviços secretos do Exército e do ministro da Educação, Suplicy de Larcerra, representante da linha mais dura da extrema direita no poder.

É possível distinguir nesta segunda parte o papel particular dos quatro capítulos (16 a 19) que relatam a atividade de uma Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a Universidade de Brasília que, embora programada anteriormente aos acontecimentos terminais, veio a funcionar exatamente na última e mais grave fase da crise, a partir de outubro de 1965. Esta coincidência tem um efeito bem interessante na narração: os depoimentos dos principais protagonistas, tanto dos coordenadores e demais professores, como dos reitores-interventores, que se explicaram diante dos deputados, eleitos e não todos dependentes do poder e da sua linha dura. Assim sendo, esta Comissão aparece como uma espécie do coro da tragédia antiga. As perguntas dos deputados membros da Comissão, as respostas dos testemunhos citados a comparecer, colocam o cenário, apresentam os atores, os “caracteres”, designam o que está em jogo. Enfatizam, já antes de tudo se transformar em memória, as significações históricas dos acontecimentos e das ações narradas nos outros capítulos, em contraponto a estas.

MICHEL PATY é diretor de Pesquisa Emérito do Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS). Equipe REHSEIS, CNRS e Université Paris 7 Denis Diderot.